

**A cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970:  
Desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em Área de Segurança  
Nacional.**

\*Leandro Braz da Costa.

Após o golpe militar de 1964, uma nova concepção acerca da Doutrina de Segurança Nacional surgiu no Brasil, embora gestada desde 1949 através da fundação da Escola Superior de Guerra, uma espécie de sucursal da *National War College* e do *Industrial College of the Armed Forces*, ambos localizados em Washington (BICUDO, 1984: 36; COMBLIN, 1980: 151), reflexo da iniciativa dos Estados Unidos, que a partir da década de 1940, estabeleceram acordos de segurança interamericanos, a fim aumentarem suas áreas de influência, vinculando os militares latino-americanos e solidificando a defesa contra o comunismo Mundial (MCSHERRY, 2009: 85).

Ainda na década de 1960, precisamente em 1967, Robert McNamara acrescenta o tema do desenvolvimento econômico à Doutrina da Segurança Nacional, o qual repercutiu imediatamente nos países da América Latina (COMBLIN, 1980: 65), tanto que Escola Superior de Guerra acabou incorporando em seus manuais a ideia de que “não há Segurança Nacional sem desenvolvimento econômico” (STEPHANOU, 2001: 83).

Neste sentido, como parte dos planos acerca da segurança nacional e desenvolvimento econômico levado a cabo pelos militares em âmbito nacional, a cidade do Rio Grande no decorrer da década de 1970 oferece possibilidades pragmáticas de análise, o que de modo algum deve ser observado como singularidade, mas antes de tudo, como proponho nesse trabalho, como um olhar crítico acerca das peculiaridades que fazem com que a cidade receba logo após o golpe de 1964, a alcunha de Área de Segurança Nacional<sup>1</sup>, bem como, de que modo foi forjada uma estrutura de legitimação que acabou aliciando grande parte de sua população.

---

\* Mestrando do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Bolsista Capes.

<sup>1</sup> A cidade foi considerada Área de Segurança Nacional, muito antes do golpe de 1964, condição que perdurou até 1951, porém, alguns meses após o março de 1964, acabou retomando tal condição geopolítica. Cf. ALVES, Francisco das Neves. *Governo do Prefeito Farydo Salomão*. Rio Grande: Revista Biblos, n. 3, 1990, p. 31.

Inicialmente, os elementos indispensáveis desta proposição constituem-se através da evidência de que a cidade recebeu inúmeros investimentos financeiros que acabaram desempenhando um importante papel para os planos desenvolvimentistas dos militares em âmbito nacional, contribuindo também para impulsionar a economia do Estado, devido à condição portuária da cidade e seu recém formado parque fabril, o que em última instância, acabou refletindo como fator de desenvolvimento econômico para o município.

Com a criação da Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP), órgão centralizador das decisões do planejamento global da economia gaúcha que propôs juntamente com a PLANISUL S/A – escritório privado de planejamento – a política de industrialização alinhada aos projetos nacionais, surgiu o projeto denominado “Grande Rio Grande (1971-1974)”. A estratégia que consistia em articular a economia do Estado, predominantemente agrícola, que estivera retraída desde 1965, ao programa de crescimento brasileiro, também conhecido como “milagre brasileiro” (TEIXEIRA & VIANNA, 1987: 134-135), beneficiado pela conjuntura econômica mundial que proporcionou o influxo de capital estrangeiro (SINGER, 1982: 10), surtiu efeitos rapidamente, “principalmente devido à implementação do complexo industrial e portuário de Rio Grande, que possibilitou ampliar a participação da economia gaúcha no cenário econômico nacional” (DALMAZO, 1991: 387).

Isso se deu através da substituição do tipo de industrialização que era preponderante na cidade, ou seja, das indústrias de bens duráveis para as indústrias de bens intermediários (fertilizantes, grãos e óleos vegetais) voltados para a importação e exportação, uma vez que, “a política econômica do governo Médici, em sua orientação estratégica levada a cabo por Delfin Neto e materializada pelo projeto Brasil Grande Potência, tinha como sua base de apoio o modelo agrícola-exportador” (MACARINI, 2005: 54). Portanto,

*[...] criava-se uma grande estrutura com financiamento público e privado para a implantação de uma grande plataforma portuária de importação e exportação, ao mesmo tempo, criavam-se condições para a inauguração de empresas industriais na cidade que acompanhariam tal envergadura portuária [...]* (MARTINS, 2006: 192-193).

Depois de décadas de crises fabris que prejudicaram o desenvolvimento de Rio Grande, o complexo industrial-portuário se apresentava como o grande responsável pela recuperação econômica do município. O pesquisador Marcelo Domingues afirmou que “o porto de Rio Grande foi um dos que mais investimentos recebeu do governo federal tanto nos anos setenta como nos anos oitenta” (DOMINGUES, 1995: 8-9). Obviamente, grande parte do Rio Grande do Sul que não passava por um bom momento, se beneficiou das operações realizadas nesse complexo, pois os investimentos estatais e privados também fomentaram a ampliação e melhoria das rodovias, com o objetivo de facilitar as exportações – os denominados *corredores de exportação* – a tal ponto que, no senso comum da época originou-se a seguinte frase: “todos os caminhos levam a Rio Grande”.

Diante do projeto desenvolvimentista dos governos militares, a política portuária é fundamental, basicamente por dois motivos: os portos brasileiros desempenhavam um significativo papel no aspecto geopolítico, bem como, serviram plenamente ao interesse econômico de ampliar o mercado externo. Nesse sentido, “o porto de Rio Grande e os corredores de exportação que o ligavam ao restante do Estado, satisfaziam muito bem a ideologia de segurança nacional e sua política integracionista do território brasileiro, favorecendo às práticas ufanistas que demonstravam as potencialidades nacionais” (ALVES, 2008: 600-601). Desta feita, “uma inabalável fé no progresso do país contagiou segmentos expressivos da sociedade. Estes acreditavam – “tal como dizia o slogan ufanista da agência de propaganda do governo – que o Brasil era, de fato, “o país do futuro” (CORDEIRO, 2009: 86).

O único periódico que circulou diariamente no município até o ano de 1976, noticiava com euforia a “arrancada rumo ao progresso”, em virtude dos investimentos realizados na cidade.

*[...] É o Porto reaparelhando-se para enfrentar a extraordinária movimentação; é o esplendido aprimoramento de nosso setor cultural; é a pecuária que se organiza; é a pesca que se desenvolve num ritmo admirável; é, enfim a economia municipal que se agiganta... Rio Grande, agora tem o que mostrar; e tem o que oferecer... Cada pessoa, cada coisa, tem a sua hora: a nossa chegou... Não podemos perdê-la.<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 10/01/1970, p. 1.

Em outro trecho retirado do mesmo periódico, novamente reaparece tal afirmação, porém, a linha editorial do jornal faz questão de mencionar também a importância do governo militar e suas ações na região como responsáveis pelo momento de crescimento econômico que transcorria no município. Fica mais fácil entender por que esse era o único periódico que circulava diariamente, apesar do silenciamento imposto pela censura a grande parte da imprensa brasileira durante a década de 1970,

*[...] ressaltamos em várias oportunidades o fato de o nosso Porto ter reassumido a sua importância no complexo portuário nacional... Tais melhoramentos são consequência da reformulação política portuária, levada a efeito logo após o movimento regenerador de 31 de Março [...]*<sup>3</sup>

A propaganda política favorável ao Golpe de 1964 em âmbito local, “comum a muitos jornais de diversas partes do país” (LUCA, 2010: 129), bem como, as posteriores intervenções financeiras no reaparelhamento do porto, aliadas ainda ao “amplo uso da propaganda política que também enfatizava o crescimento econômico promovido pelo governo Médici em âmbito nacional” (ALVES, 1985: 150), fez com que grande parte dos riograndinos olhasse com estimado apreço para as diversas ações dos militares na cidade.

Era comum o periódico local estampar, em sua capa, uma grande imagem do General Médici, exaltando sua figura e seu modo de governo, normalmente imbricadas com as melhorias realizadas no porto, de modo a persuadir os leitores de que com Médici e os militares, Rio grande estava no caminho certo. Em âmbito nacional, a perspectiva otimista acerca da grandeza do país devido ao “milagre brasileiro” e a conquista da Copa do Mundo influenciava a propaganda política do período.<sup>4</sup> Desse modo, seguindo essa perspectiva, o periódico acabou contribuindo para que os riograndinos entendessem que a exploração das potencialidades da cidade auxiliava no crescimento do país, o que acentuava o bairrismo e, ao mesmo tempo, o sentimento de fazer parte, de pertencer ao projeto nacional de um país que estava dando certo.

---

<sup>3</sup> Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 16/01/1970, p. 1.

<sup>4</sup> Para um melhor aprofundamento sobre o assunto ver especialmente o capítulo 5, intitulado A propaganda da ditadura na obra de FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

*Pode-se considerar a manifestação do Presidente como um “clímax” desta revolução experimentada por Rio Grande, desde a segunda metade do ano passado, em que despontou a aurora do desenvolvimento, ansiosamente esperado por gerações de batalhadores, que tiveram a coragem de permanecer aqui, no campo da luta, confiantes num futuro que tardou a chegar, mas já se vislumbram dos mais brilhantes.*<sup>5</sup>

A relação desse periódico com as forças armadas foi tão amistosa, que em 1993, poucos anos de seu falecimento, seu ex-gerente foi agraciado com a Medalha “Mérito Tamandaré”, honraria concedida aqueles que tenham prestado relevantes serviços na divulgação ou no fortalecimento das tradições da Marinha, honrando seus feitos ou realçando seus vultos históricos.<sup>6</sup>

A Universidade Federal do Rio Grande (URG) também ilustra muito bem a relação de interesse entre os riograndinos, a iniciativa privada nacional<sup>7</sup> e os militares. Antes mesmo de ser fundada em agosto de 1969, – “desde 1953 através do esforço da indústria, comércio e Prefeitura Municipal atuava de modo privado como Escola de Engenharia Industrial” (ALMEIDA, 2004: 14) – em janeiro de 1969, Arthur da Costa e Silva esteve em Rio Grande<sup>8</sup>, no Teatro Sete de Setembro, onde foi paraninfo de duas turmas recém formadas. A comitiva presidencial presente no evento era composta pelo Governador do Estado, Peracchi Barcelos, o chefe da Casa Militar da Presidência, Jaime Portela, o Ministro dos Transportes Mário Andreazza e o interventor federal, Armando Cattani. “Este último relatou a um repórter do jornal Diário Popular da cidade de Pelotas, que a vinda de Costa e Silva a Rio Grande não tinha como objetivo somente paranimfar a turma de 1968, mas sim, de anunciar a criação da URG” (MAGALHÃES, 1997: 38), o que acabou acontecendo alguns meses depois, através do decreto-lei 774,

---

<sup>5</sup> Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 02/03/1970, p. 2.

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/menu\\_v/condecoracoes\\_insignias/mmt2.htm](https://www.mar.mil.br/menu_v/condecoracoes_insignias/mmt2.htm)> Consulta realizada em 02/01/2010 as 00h34min.

<sup>7</sup> Em 1966, a Ipiranga através da Refinaria do Rio Grande, efetuou uma doação no valor de 100 milhões de cruzeiros, garantindo assim a construção da Faculdade de Medicina da URG. Cf. MARTINS, Denise. *Ipiranga: A trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS). Rumo à consolidação de um grupo empresarial*. Dissertação de Mestrado, PUC/RS, 2008, p. 107.

<sup>8</sup> Cf. Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 02/01/1970, p. 2.

que oficializou sua fundação, facilitada pelo AI-5 que dava plenos poderes a Costa e Silva.<sup>9</sup>

O aumento dos investimentos, “números de vagas e contratação de professores para educação superior, com Médici a frente do governo” (SKIDMORE, 1988: 282), fez com que a URG – hoje FURG – ampliasse sua participação junto aos setores da indústria local, através da capacitação de mão-de-obra especializada e do aporte técnico, devido à abertura de novos cursos de graduação. Desta forma, muitos jovens recém-formados não precisariam mais deixar a cidade, como de costume, em busca de trabalho, pois existiam oportunidades de emprego em suas áreas de atuação. Essa era uma reivindicação antiga da população riograndina, de que os estudantes permanecessem na cidade e investissem sua formação *in loco*.

Ainda merece ser destacada nessa conjuntura de legitimação, a atuação de uma das figuras mais ilustres da cidade, porta-voz dos anseios da população riograndina, que gozava de grande influência no círculo do poder militar. Conforme entrevista cedida por um oficial da reserva, Golbery do Couto e Silva participava ativamente do planejamento e execução dos projetos municipais. O oficial também afirmou que Golbery enviava com frequência grandes remessas de dinheiro para Prefeitura Municipal; “era só pedir que o dinheiro chegava, às vezes demorava um pouquinho, mas sempre chegava”.<sup>10</sup> Demonstrando enorme descontentamento, o oficial ainda ressaltou que uma boa parcela do dinheiro que chegava acabava sempre indo parar no bolso de um, ou outro, indivíduo corrupto que integrava a administração municipal.

A seguir, exponho o trecho de um telegrama oficial da Prefeitura Municipal, endereçado a Golbery, que foi enviado pelo Reitor da URG em 1979: “Voltamos presença a Vossa Excelência após ter sido discutido o orçamento da URG, a fim de solicitar seu vivo empenho, no sentido de que seja aprovada a solicitação Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros) via orçamentária”.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Decreto-Lei 774 – 20 de agosto de 1969. *In*: Universidade Federal do Rio Grande. *FURG 40 Anos: revelando seus espaços*. Rio Grande: Editora da FURG, p. 20.

<sup>10</sup> Entrevista cedida em 11/08/2010. Em respeito ao depoente que prefere o anonimato, seu nome não será divulgado.

<sup>11</sup> Telegrama Oficial Municipal de 19/06/1979. Era comum na época a utilização de abreviaturas nas palavras que compunham o conteúdo dos telegramas. Optei em não citar a forma abreviada na qual as palavras se encontram, mesmo assim, respeitei todas as palavras, a construção e a coesão textual originais do telegrama.

O texto do telegrama deixa claro que, Golbery e o Reitor da URG já haviam conversado anteriormente sobre o assunto, e ainda fornece outros elementos para especulações, porém, prefiro não aprofundar sua análise no momento. É mais importante destacar que, buscar apoio através da influência que Golbery possuía, talvez tenha se caracterizado como uma prática comum da administração municipal e da URG, tendo em vista, a finalidade de preservar ou melhorar o padrão de suas ações, e assim, estreitar ainda mais a relação de ambas com a população riograndina, e conseqüentemente com os militares.

A administração municipal da cidade, “que por ser Área de Segurança Nacional esteve a cargo do então intendente nomeado pelo governador do Estado com prévia autorização do Presidente da República” (ASSIS, 1984: 14), era de responsabilidade do Ten. Cel. do Exército Cid Scarone, que possuía ampla simpatia dos riograndinos, sobretudo, porque investiu na pavimentação de ruas e avenidas, limpeza de praças, jardins e melhorou a iluminação pública, além de ter colocado em dia os salários do funcionalismo público municipal, tudo isso através da intervenção direta do governo federal.<sup>12</sup> Scarone foi presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul e devido sua atuação, tanto no município quanto fora dele, recebeu da Rádio Tupancí de Pelotas, o prêmio Personalidade do Ano da Zona Sul do Estado.<sup>13</sup>

Ainda que Cid Scarone possuísse amplo reconhecimento e influência política dentro e fora do município, suas ações nem sempre gozavam de unanimidade. Não concordando com o destino da distribuição das rendas públicas, que em boa parte seriam aplicadas em obras de caráter puramente político, a bancada de oposição do Legislativo, promoveu uma intensa manifestação contrária, referente ao Plano de Desenvolvimento de Rio Grande (PLADERG), que estabelecia a execução de tarefas dentro do triênio 1970-1972.<sup>14</sup> Apesar de toda a manifestação o Plano acabou sendo executado como fora proposto pelo Executivo. O Jornal Rio Grande noticiou assim a manifestação:

---

<sup>12</sup> Cf. Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 02/01/1970, p. 1.

<sup>13</sup> Cf. Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 04/01/1970, p. 1.

<sup>14</sup> Cf. Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 16/01/1970, p. 8.

*Embora haja harmonia entre o Legislativo e o Executivo, também nota-se que, nem sempre tem sido muito pacífica a solução dos problemas municipais... A distribuição das rendas públicas, entretanto, tem gerado algumas batalhas parlamentares, o que de resto, é bem característico de uma democracia, onde os problemas de uma comunidade são debatidos em clima de liberdade... Como dissemos no início, o episódio é uma consequência, mesma, do regime democrático e vem ressaltar a existência da Oposição que, em última análise, é governo, funcionando para evitar a possíveis erros ou injustiças. Há a compreensão e o respeito devidos a ambos: situação e oposição.<sup>15</sup>*

Interessante ver o tom de apaziguamento que a imprensa dá a notícia, como se pretendesse acalmar a população e mascarar a atuação da oposição. Como argumento, afirma que esses acontecimentos são corriqueiros em regimes democráticos e que a oposição, “em última análise”, também é governo. Aparentemente, a cidade passava por um período de prosperidade e de normalidade política e social.

O contexto político e econômico militarizado das instituições públicas e organizações privadas em virtude dos avanços estruturais em setores importantes da economia local, bem como, da propaganda sempre favorável aos militares, verificável através das páginas do Jornal Rio Grande, demonstram que ao longo da década de 1970, em Rio Grande, existiu uma estrutura de legitimação do regime autoritário que acabou aliciando diversas parcelas da sua população, fazendo com que grande parte da sociedade da época sentisse uma sensação de amparo, proteção, ou até mesmo de apadrinhamento por parte dos militares.

Em sua outra face, os focos de oposição ao regime mantiveram suas atividades na cidade, mesmo com a intensa vigilância e atuação repressiva da Seção de Ordem Política e Social do Rio Grande (SOPS/RG), que trabalhou em conjunto com a 7ª Delegacia Regional de Polícia Civil, Delegacia de Polícia Federal e 6º Batalhão de Polícia Motorizada, bem como, com a 2ª Seção do 6º Grupamento de Artilharia e Campanha do Exército (6º GAC).

A SOPS/RG foi responsável por uma abrangente área de atuação, que englobava inúmeras cidades como Pelotas, Jaguarão, Chuí, Santa Vitória do Palmar e São José do

---

<sup>15</sup> Jornal Rio Grande: Rio Grande – RS; 06/01/1970, p. 2.

Norte, e esteve subordinada ao Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Ambos compunham e interagiam com a “comunidade de informações”<sup>16</sup>, que tinha como instância máxima o Serviço Nacional de Informação (SNI)<sup>17</sup>, que em suas atribuições deveria assessorar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação com os governos dos Estados, entidades privadas e administrações municipais, “através da coleta, avaliação e integração das informações em proveito das decisões do general-presidente e das recomendações e estudos do Conselho de Segurança Nacional (CSN)” (BAFFA, 1989: 13).

Como centro de informação do aparato repressivo em Rio Grande, a SOPS esteve instalada no prédio da Polícia Federal, localizado estrategicamente na entrada da cidade, e sua principal atribuição foi executar a coleta e distribuição de informações visando os diversificados setores da sociedade riograndina.

É irônico constatar que a pesquisa realizada através da documentação da SOPS, ou melhor, daquilo que restou da sua documentação, evidencia de modo explícito as intenções e atuações da oposição, sobretudo dos políticos ligados ao MDB, atividades que o Jornal Rio Grande ocultou ou manipulou conforme o alinhamento das diretrizes políticas do seu corpo editorial, uma vez que, a oposição poderia comprometer a segurança municipal e interferir em seu desenvolvimento econômico, além de denunciar a corrupção do ARENA e conseqüentemente da administração municipal.

Com a inauguração do Jornal Agora em 1976, a atuação da oposição em Rio Grande, passou a ocupar com maior frequência os noticiários. Evidentemente “favorável ao paradigma da democracia como aglutinador de uma cultura política renovada”<sup>18</sup>, esse

---

<sup>16</sup> Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 94. A *comunidade de informações* era um conceito designador de um modo de atuação que supunha a colaboração e lealdade entre os pares, através de forte sentimento corporativo, do qual faziam parte, civis e militares.

<sup>17</sup> Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 445. O SNI teve uma ligação muito próxima com o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, isso corrobora com o fato de que, diante da Doutrina de Segurança Nacional, a coleta de informações se apresenta como um importante aporte para o desenvolvimento econômico.

<sup>18</sup> Cf. NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a “questão democrática” nos anos 70 e 80. In: NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002, p. 149. Através das afirmações desse autor, é possível constatar que o Jornal Agora esteve ligado aos segmentos liberais da sociedade brasileira, uma vez que, implicitamente apareciam em suas publicações questões referentes ao “estado de direito”, ou seja, da “normalidade” jurídico-política institucional e dos direitos individuais.

periódico de orientação liberal, tratou de noticiar abertamente às manifestações contrárias a base do governo municipal, bem como, todas as demais atividades relacionadas à Câmara de Vereadores, como demonstra o trecho da documentação da SOPS, de cunho “reservado” logo a baixo, intitulada: *Recorte do Jornal Agora de 17.09.1976*: “... temos acusações dos vereadores do MDB, contra o vereador Érico Martins, atual secretário da agricultura, dizendo que a candidatura deste, estaria sendo patrocinada pela prefeitura municipal”.<sup>19</sup>

Desde que entrou em funcionamento, esse periódico passou a ser vigiado pelos agentes da SOPS, que o entendiam como um órgão de imprensa ligado a setores da esquerda. Porém, a linha editorial do *Agora*, manteve a postura de divulgar os acontecimentos políticos do município e do país, com a preocupação de não emitir opiniões contrárias ao regime de maneira explícita ou depreciativa, zelando assim pela sua manutenção e escapando da censura e desligamento de suas atividades. O fato de divulgar informações que pudessem interferir na ‘harmoniosa’ convivência entre a administração municipal e a oposição – ao menos era no que grande parte da população acreditava – era suficiente para causar desconfiança nos agentes da SOPS.

O serviço de inteligência desenvolvido pelos agentes da SOPS também forneceu subsídios para que a polícia política atuasse a fim de eliminar focos de oposição ao regime militar e a administração municipal. Em entrevista realizada com um policial civil que atuou ativamente na repressão, este afirmou que a tortura física foi uma prática comum, utilizada como meio de obter confissões ou informações que julgassem importantes. “... recebíamos a informação do SOPS de que fulano de tal era subversivo ou comunista... ficávamos de campana, seguindo o elemento aonde ele fosse... se as informações procedessem prendíamos o cidadão e o levávamos pra delegacia...”<sup>20</sup>

A 7ª Delegacia Regional de Polícia Civil possuía celas especiais para esses presos. Elas estavam equipadas com diversos aparatos para a prática da tortura física, entre estas a campanha de choques elétricos e o pau-de-arara. Surras com pedaços de

---

<sup>19</sup> Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.5.1147.12.4. Rio Grande, 22/09/1976.

<sup>20</sup> Entrevista cedida em 02/04/2009. Em respeito ao depoente que prefere o anonimato, seu nome não será divulgado.

pau ou toalhas molhadas eram muito utilizadas, porém, quando havia urgência nas exigências da SOPS os métodos se intensificavam.

*[...] quando o delegado exigia que obtivéssemos rapidamente uma confissão ou uma informação, tínhamos que apertar o cara ainda mais... levávamos o indivíduo vendado e sem roupa lá pra praia do Cassino na madrugada. Daí amarrávamos as mãos e os pés dele com uma corda e entrávamos com ele no mar. Afogávamos o cara... contávamos a passagem de seis ou sete ondas e depois retirávamos ele da água. Repetíamos isso várias vezes, até quase ele não aguentar mais. Se mesmo depois disso ele não falasse nada, nós eletrocutávamos ele com os fios ligados no dínamo do opalão, isso sempre funcionava (risos) [...]*<sup>21</sup>

O policial também afirmou que, pelo fato de Rio Grande ser Área de Segurança Nacional esse tipo de procedimento era necessário, a polícia tinha que agir com firmeza contra os comunistas ou qualquer foco de oposição. Graças à documentação produzida pelos agentes da SOPS, que entendiam que havia subversão e comunismo em todas as camadas da sociedade, a utilização da tortura se ampliou até mesmo sobre os crimes comuns como furtos em residências ou no comércio. O policial concluiu com a seguinte frase seus comentários: “Todo o ladrão era comunista ou subversivo”.<sup>22</sup>

É evidente que a coleta de informações através da vigilância, incrementou a repressão e a tortura como meio de promover a ordem interna e a defesa contra as ameaças externas, e, desta forma, garantir os objetivos da segurança nacional, ameaçados pelo contexto da Guerra Fria e o fantasma do comunismo. Para o historiador, “tratar da repressão política é abordar de maneira objetiva a construção do Estado de Segurança Nacional, tentativa política dos governos militares para combater fundamentalmente o que percebiam como perigo interno representado pela ameaça comunista” (D’ARAÚJO, 1994: 7).

O perigo interno, também conhecido como inimigo interno conferia eficiência à Doutrina de Segurança Nacional, e a indefinição do conceito fez com que toda a população fosse considerada suspeita, controlada, perseguida e eliminada conforme a

---

<sup>21</sup> Idem ao 36.

<sup>22</sup> Idem ao 37.

necessidade. Portanto, o “Terrorismo de Estado na ditadura brasileira, responsável por disseminar o medo e conferir ao Estado poderes quase ilimitados” (PADRÓS & FERNANDES, 2009: 34), agregado ao desenvolvimento econômico verificado no período, foram percebidos por largas parcelas da sociedade riograndina como uma forma de proteção e apadrinhamento fornecida pelo Estado autoritário.

Em prol da proteção para o desenvolvimento econômico e a consequente melhoria das condições de vida, muitos riograndinos passaram a entender e admitir que as ações criminosas do Estado através dos atos de vigilância e tortura, eram necessários para que Rio Grande continuasse crescendo e atraindo ainda mais investimentos. A justificativa fundamentava-se basicamente no fato da cidade ser considerada Área de Segurança Nacional, ou seja, território sem obstáculos para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional.

#### **FONTES PESQUISADAS**

Periódicos: Jornal Rio Grande – Biblioteca Municipal do Rio Grande, Rio Grande.

Telegrama Oficial Municipal – Arquivo Morto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande.

Documentos da Seção de Ordem Pública e Social do Rio Grande (SOPS/RG) – Acervo da Luta Contra a Ditadura; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Fontes Orais: Trechos da entrevista com militar da reserva – (Anônimo); trechos da entrevista com policial civil que atuou na repressão aos subversivos – (Anônimo).

Fonte online: [https://www.mar.mil.br/menu\\_v/condecoracoes\\_insignias/mmt2.htm](https://www.mar.mil.br/menu_v/condecoracoes_insignias/mmt2.htm)

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Ivety Ribes de Almeida. Engenharias e Ciências Exatas. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004.

ALVES, Francisco das Neves. *Governo do Prefeito Farydo Salomão*. Rio Grande: Revista Biblos, n. 3, 1990.

\_\_\_\_\_. *Porto e Barra do Rio Grande: História, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, vol. II, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

ASSIS, José Carlos de. *Os Mandarins da República: anatomia dos escândalos na administração pública, 1968-84*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.
- BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, n° 43, 2009.
- DALMAZO, Renato. *Planejamento Estadual no Rio Grande do Sul – 1959-1974*. Ensaios FEE, Porto Alegre, 11 (2), 1991.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DOMINGUES, Marcelo de La Rocha. *Superporto de Rio Grande: plano e realidade. Elementos para uma discussão*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1995.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 7. ed, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MACARINI, José Pedro. *A política econômica do governo Médici: 1970-1973*. Belo Horizonte: Nova Economia, 15 (3), 2005.
- MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta em América Latina*. Uruguay: Editorial Banda Oriental, 2009.
- MAGALHÃES, Mário Osorio. *Engenharia, Rio Grande: História & algumas histórias*. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997.
- MARTINS, Denise. *Ipiranga: A trajetória de uma refinaria em Rio Grande (RS). Rumo à consolidação de um grupo empresarial*. Dissertação de Mestrado, PUC/RS, 2008.
- MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a “questão democrática” nos anos 70 e 80. In: NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002.
- PADRÓS, Enrique e FERNADES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões, (Orgs). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre: Corag, 2009.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”. Interpretação crítica da economia brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no Regime Militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, (Coleção História, vol. 44), 2001.

TEIXEIRA, Maria Lúcia; VIANNA, Werneck. *A administração do milagre: o Conselho Monetário Nacional, 1964-1974*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.